

“VIVER É LUTAR”: ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO DO MEB E DO MST PARA A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Edinaldo Costa Andrade.¹

Fernando Henrique Tisque dos Santos.²

RESUMO

O trabalho pretende realizar um estudo histórico-comparativo sobre a cartilha de pós-alfabetização denominada “Viver é lutar”, do MEB, e o Caderno de Educação nº 04 do MST, cujo título é “Alfabetização de Jovens e Adultos: didática da linguagem”. Tendo em vista o contexto histórico de produção dos materiais estudados destacamos a cultura e a formação política como forma de tornar o ensino significativo para os alfabetizandos, possibilitando, ainda, a formação de militantes. Consideramos que ambas as propostas de alfabetização se caracterizam por incentivar a participação popular, pela qual a Educação do Campo tem se desenvolvido.

Palavras-chave: alfabetização de jovens e adultos; MEB, MST; cultura; formação política.

INTRODUÇÃO: MEB E MST: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No início dos anos 60, despontaram diferentes iniciativas de educação popular no cenário brasileiro. Segundo Beisigiel, “no âmbito de um projeto de desenvolvimento do Brasil nos anos de 1960, que se afirmava comprometido com a ‘persistência da sociedade capitalista’, criavam-se condições propícias à atuação de grupos virtual, ou de fato já orientada para a mudança do sistema”. (1974, p. 161). A disputa ideológica feita por estes grupos se baseava crítica ao modelo em desenvolvimento, e na reivindicação das

1 Aluno de mestrado do curso de Pós – Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. naldoandrade@usp.br.

2 Aluno de mestrado do curso de Pós – Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Fernandohenrique@usp.br.

“Viver é lutar”... - Edinaldo C. de Andrade e Fernando H. dos Santos

urgentes Reformas de Base, que eram importantes para viabilizar as mudanças estruturais do país e a formação de uma nova cultura política.

O MEB (Movimento de Educação de Base) foi uma proposta educativa oficializado pelo governo Jânio Quadros, em março de 1961, através do Decreto 50.370, e tinha a intenção de realizar um amplo processo de alfabetização de jovens e adultos na região nordestina. A proposta pedagógica era organizada pela igreja, através do método de educação radiofônica, e o financiamento era responsabilidade do Estado.

As finalidades desta ação, por mais que se justificassem em torno da real necessidade da alfabetização de jovens e adultos, expressavam interesses diversos, seja internamente na Igreja, como também no Estado. Para Wanderley (1984), os interesses oriundos da igreja a partir desta ação educativa com foco em jovens e adultos, podem ser sintetizados nos seguintes elementos:

“Ampliar sua ação educativa alicerçada nas experiências constituídas até então; Preocupação com o meio rural brasileiro - face dos desequilíbrios criados pelas prioridades e facilidades dadas à industrialização, agregando aí a necessidade de se opor ao comunismo; Prestígio e influência para muitos bispos; Utilização dos programas para evangelização e instrução religiosa; Para muitos leigos a possibilidade de concretização de um engajamento social estimulado na Ação Católica³. (p. 49).

Já no âmbito do Estado, ao aceitar determinada parceria, os interesses do governo brasileiro podem ser definido em quatro eixos:

Uma estratégia de política populista, visando ampliar o contingente eleitoral; Enfrentamento à forte influência da oligarquia rural sobre a população do campo, principalmente na região nordestina onde esta influência era bastante expressiva; Uma tentativa de responder aos apelos da UNESCO, e de educadores nacionais para

³ Ver WANDERLEY, Luiz Eduardo. Educar para Transformar: Educação Popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis, Vozes. (pp.51-52).

realização de campanhas de alfabetização e uma estratégia de controlar ideologicamente e organizacionalmente as massas rurais que sofriam influência direta de grupos de esquerda ⁴. (Idem, p.49).

A proposta pedagógica do MEB ainda sofrerá a influência das experiências de educação popular existentes na época. No âmbito da União, as influências se dão através da Campanha Nacional de Adultos e Adolescentes (1945); Campanha Nacional de Educação Rural (1952), e do Sistema de Rádio – Educativo Nacional -SIRENA (1958). No campo das organizações populares, as influências ocorrem através das seguintes experiências: Acción Popular Cultural da cidade de Sutatenza da Colômbia (1947); Serviço Arquidiocesano de Radiodifusão de Natal (1958); o Sistema Rádio - Educativo de Sergipe (1959); as experiências do MCP de Recife (1960) e da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, de Natal (1961), ambas organizadas pelos governos municipais e que apresentavam tendência de esquerda. Posteriormente o MEB vai ser fortemente influenciado pelas experiências dos CPCs (Centros Populares de Cultural) da UNE (1961), e do Método de Alfabetização de Paulo Freire (1962).

Neste contexto, o movimento reorientou sua ideologia e práticas de alfabetização, apresentando como preocupação a vinculação entre educação e conscientização política. A valorização da cultura popular também é uma prática incentivada em torno de uma nova proposta de intervenção pedagógica denominada *animação popular*⁵. De uma proposta inicial de educação radiofônica de jovens e adultos, o MEB foi desafiado a avançar, a partir dos do contato direto com as condições, valores e interesses dos diferentes grupos e comunidades. Sua ideologia foi sendo gestada, ou melhor, foi sendo colocada em prova para responder aos desafios colocados pela realidade dos educandos. Partindo da análise da força decisiva da ação prática na definição dos rumos políticos do MEB, Brandão (1977) afirma que “ocorreu uma transformação de um programa

4 Vale destacar a força das Ligas Camponesas na mobilização e organização da população rural. Considerada uma ameaça pelo Estado, e pela própria Igreja, representava o fantasma comunista da Guerra Fria.

5 A animação popular vai atuar em duas frentes de ação: no desenvolvimento das comunidades, através do apoio às iniciativas de organização comunitária, produtiva, cultural e do processo de politização das comunidades; e no processo de sindicalização rural.

de educação fundamental 'para o povo' em um movimento de educação 'com o povo'". (p.37). Esta redefinição, a partir da sua prática educativa, vai se configurando como uma original experiência de alfabetização de jovens e adultos enquanto uma educação que valoriza a cultura e os interesses das classes populares.

O Método de Alfabetização de Paulo Freire vai influenciar a proposta do MEB, na medida em que propunha promover a vinculação entre educação e conscientização política dos indivíduos, através dos temas geradores. Esses temas seriam retirados do diagnóstico da realidade na qual a prática se desenvolveria. A humanização seria uma característica fundamental deste processo, pois a identificação do educador com a situação de "opressão" vivenciada pelos trabalhadores seria condição para produzir um ensino crítico e reflexivo sobre a realidade social, em contraposição a um ensino "bancário". Dessa forma, a leitura crítica da realidade deveria possibilitar a organização dos trabalhadores com o objetivo de dinamizar ações coletivas em torno da reivindicação dos direitos sociais. (FREIRE, 1987; BRANDÃO, 2006).

No que diz respeito à ação educativa do MST, os estudos de Paulo Freire tornam-se centrais em sua proposta. A história da alfabetização no MST tem início juntamente com suas ações na construção de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, em específico no estado do Rio Grande do Sul. Nas ocupações das fazendas Macali, Brilhante e Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, desde 1979, inicia-se a preocupação com a educação das crianças, jovens e adultos inseridas na luta pela terra⁶. Destaca-se, neste período, a atuação das CPTs (Comunidade Pastoral da Terra) no atendimento às demandas por educação dos Sem Terra. Essa organização estava vinculada à Igreja Católica e alguns dos seus integrantes eram adeptos da Teologia da Libertação.

Dentre as ações do MST na EJA, verificamos, em 1991, o curso para a formação de monitores no Rio Grande do Sul. O curso teve duração de dois anos e foi financiado pelo ICSFA (Instituto

⁶ O alto índice de analfabetismo entre os trabalhadores rurais, também foi outro problema que o Movimento enfrentou no seu processo de construção. Problema que agrava as condições de sobrevivência no campo, evidenciando a desigualdade do atendimento escolar oferecido pelo Estado à população rural e a urbana. Desigualdade que reflete nos dados levantados pelo IBGE, em que a população analfabeta, no campo em 2004, é de 29%, enquanto na área urbana esse índice é de 8, 7%. Esses dados não levam em consideração os analfabetos funcionais. MEC. "Panorama da Educação do Campo", Brasília, 2007, p. 15.

“Viver é lutar”... - Edinaldo C. de Andrade e Fernando H. dos Santos

Cultural São Francisco de Assis) e o MEC. Ainda manteve projetos com outras entidades como Cáritas e a AEC (Associação e Educação Católica)⁷.

Em 1992, o Movimento organizou em Presidente Prudente-SP a *Oficina de Capacitação Pedagógica* que objetivou traçar diretrizes para a organização do trabalho em EJA. Foram realizados cinco Seminários Nacionais de EJA, desde 1993 a 2005, que objetivaram debater: a organização das experiências no MST, a formação de educadores, a necessidade de políticas públicas, a concepção de EJA para o Movimento. Foi realizado, ainda, o *ENEJA* (Encontro Nacional de Educadores e Educadoras de Jovens e Adultos), em 1998.

O MEB construiu a cartilha didática de pós-alfabetização *“VIVER É LUTAR”*. Publicada em 1963, que foi apreendida pela polícia do estado da Guanabara no Rio de Janeiro dia 10 de março de 1964 por ser considerada subversiva à ordem pela Ditadura Militar. E o MST entre sua ampla produção sobre educação publicou o Caderno de Educação nº 4 *“Alfabetização de Jovens e Adultos: didática da linguagem”*.

O objetivo deste artigo é promover um estudo comparativo sobre as propostas de alfabetização dos dois Movimentos, tendo em vista seu contexto de produção e o público a que se destinavam. Nosso referencial teórico consiste em leituras sobre Educação Popular como Beisegiel. Com relação à prática educativa do MEB e de sua produção didática, nos apropriamos dos estudos de Fávero e Wanderley. Utilizamos ainda o Boletim de Educação Nossa Luta é nossa escola: a educação de crianças em acampamentos e assentamentos, escrito em 1990, que realiza uma reflexão sobre as práticas de professores em escolas de assentamento que criaram o Setor de Educação do MST no Rio Grande do Sul. O tema do texto é a construção de uma proposta de educação que promova a relação entre a escola e as condições de vida dos indivíduos. Documento Básico do MST, publicado no Dossiê MST e Escola: documentos e estudos 1990-2001. Utilizamos, também, o Caderno de Educação nº. 11, Educação de Jovens e Adultos que apresenta as concepções de EJA na proposta do Movimento.

7 A inauguração do projeto no Assentamento Conquista da Fronteira, no município de Bagé, contou com a presença de Paulo Freire

"VIVER É LUTAR": DE UMA CARTILHA DIDÁTICA DE PÓS – ALFABETIZAÇÃO A UM LIVRO DE "TINTAS FORTES"

O conjunto "Viver é lutar", em especial a sua cartilha didática, significou de alguma forma uma síntese da caminhada do MEB. Representou, seja no formato e no conteúdo da cartilha, como também na sua repercussão, os aprendizados, avanços e tensões vivenciados no conjunto da ação educativa do MEB. A definição pela construção de um material didático se deu influenciada principalmente pela cobrança dos alunos e monitores em ter um material didático. Neste período há, por parte dos grupos de educação popular, uma postura de crítica e resistência quanto à utilização de cartilhas didáticas no processo de alfabetização sendo Paulo Freire é um dos críticos, sobre a utilização de livros didáticos, pois considerava uma forma de "educação bancária", ou seja, distante da realidade do povo. Esta crítica tem sentido quando se observa que as cartilhas didáticas utilizados pelas Campanhas de Alfabetização do Estado brasileiro eram descontextualizadas, utilizavam uma linguagem infantilizada, tinham referências apenas do mundo urbano e estavam permeadas de moralismo e ufanismo cívico.

A partir de 1963, o MEB decide-se pela elaboração material didático próprio, que se desdobrou em dois livros e leitura: Um para alfabetização denominada "Saber para viver", e outro para pós – alfabetização denominada "Viver é lutar". Ambos foram construídos dentro da perspectiva da alfabetização – conscientização. As leituras dos livros eram as mesmas, a diferença estava apenas nos exercícios gramáticos e aplicações de leitura. Segundo Osmar Fávero, em palestra proferida Faculdade de Educação da USP, em 2002, a proposta da Cartilha Didática

(...) era a proposta de um esquema diferente (...) A idéia foi fazer um texto que partisse da realidade do grupo com o qual a gente estava trabalhando e muito que se fosse história de vida deles. Era um texto de leitura que trabalharia, depois a fixação de parte gramatical, parte da língua portuguesa, o que é uma carta, depois um telegrama (...) Fizemos um texto bastante ritmado como se fosse uma poesia e pegamos um personagem e fomos desenvolvendo a história de

vida dele.(...) A parte gramatical que foi já pra pós-alfabetização, simplesmente levava a isso que eu já disse. Era focar um pouco da linguagem culta, regras de acento, de pontuação e termina como escrever um bilhete, como escrever uma carta, como responder, como fazer uma convocação para reunião e tal.⁸

A cartilha era parte de um conjunto didático do qual faziam parte outros manuais, a saber: *Fundamentação*, era um manual de fundamentação filosófica, que

(...) buscava responder a indagação fundamental da cartilha didática: O que é o homem? O que é o mundo para o homem? Que é o homem para o outro homem? Quais as condições em que se realizam atualmente no Brasil as relações entre os homens e entre os homens e a natureza? Quais os meios de superação das condições que impedem ou dificultam uma realização plena da pessoa humana. (WANDERLEY, 1984, p.503).

A base filosófica desta reflexão se fundamenta no pensamento do Padre Vaz, grande pensador da igreja católica e influente na formação dos jovens atuantes na Ação Católica. *Justificativa* era um manual que trazia vários dados sobre a realidade social da população brasileira, e resultados de diferentes pesquisas sócio-econômicas com estatísticas oficiais e internacionais. A intenção era oferecer elementos que permitissem ao educando uma justificação de todas as condições apresentadas nas lições da cartilha didática. *Mensagem* era um manual de reflexão teológica que assegurava a dimensão religiosa presente no MEB. O seu objetivo era garantir o processo de instrução religiosa e catequese para os educandos. Estes três manuais eram destinados aos educadores, que os utilizariam como subsídios para explorar cada questão presente nas lições. Vale lembrar que no plano inicial tinha-se idéia de elaborar, juntamente com as cartilhas didáticas, dois manuais: um de aritmética, e outro de metodologia, todavia foram preteridos pelos acima apresentados.

8 Palestra proferida com o título (...) na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo em (data).

“Viver é lutar”... - Edinaldo C. de Andrade e Fernando H. dos Santos

Após a apreensão da cartilha pela Ditadura, o bispo de Aracaju, Dom Távora, presidente nacional do MEB, enviou em 10 de março de 1964 uma expressiva carta- depoimento ao delegado responsável pelo processo de apreensão, ressaltando o caráter pedagógico e propositivo da cartilha:

O livro “VIVER É LUTAR”, se por um lado é um livro de tintas fortes, por outro lado, apresenta algumas sugestões que são portas abertas a medidas concretas, em torno dos quais as pessoas a quem ele é dirigido se podem congrega eficientemente. É o próprio livro, enquanto livro de leitura para adultos e adolescentes, que conduz a soluções positivas (...). (WANDERLEY, 1984, p.507).

Apesar de ter sido apreendida, a cartilha foi utilizada, durante o primeiro semestre de 1964 por algumas escolas radiofônicas, burlando o controle da polícia, e servindo como um importante material didático no processo de alfabetização. Diante do fato da apreensão, ela foi bastante divulgada através da sua publicação em quase todos os jornais e revistas do Rio de Janeiro, sendo apresentada como “cartilha comunista”, “a cartilha dos bispos vermelhos”. Foi elaborada uma tradução para o castelhano, uma tradução para o francês, por um grupo de Sociologia de França, uma edição para operários italianos, através da diocese de Milão, e teve uma radiofonização para o sul da Alemanha por um professor de Filosofia que veio para o Brasil e tinha discutido a cartilha.

O tripé da Educação do MEB e a cartilha didática: Conscientização, Mudança de Atitudes e Instrumentalização.

A organização didática da cartilha estava dividida em um tripé político-pedagógico: conscientização, motivação de atitudes, e apresentação dos instrumentos para intervir de forma transformadora na realidade. O conceito de cultura popular é central para a vinculação entre alfabetização e conscientização, uma vez que os textos partem de questões vivenciadas na realidade social dos alunos para efetivar um ensino que possibilite a produção do conhecimento que colaborasse na organização popular, em vista da melhoria das condições sociais da população.

Os conceitos de cultura e conscientização trabalhados na cartilha apresentaram influência direta do pensamento filosófico de Padre Vaz, visto que a maioria dos assessores nacionais do MEB era oriundos da

“Viver é lutar”... - Edinaldo C. de Andrade e Fernando H. dos Santos

Ação Católica, e tinham uma relação com a Ação Popular, braço político criado pelos engajados no movimento estudantil. Segundo Padre Vaz a cultura “é a expressão da consciência, mediatizada pelo agir humano”. Logo, esta definição pressupõe que tudo o que é criado e transformado pelo trabalho humano é cultura, possibilitando a realização do homem no mundo. Daí a preocupação na cartilha de regatar e valorizar a cultura das comunidades, como ponto de partida para o processo educativo e como potencial a ser integrado no processo de conscientização e organização.

A concepção de consciência e/ou conscientização, presente na cartilha, parte da categoria de “consciência histórica” trabalhado por Pe.Vaz (1964) que a define como “a manifestação de um tipo de consciência que é simultaneamente reflexão sobre as necessidades humanas vitais de uma determinada época e perspectiva de transformação dessa realidade, no sentido de satisfazer àquelas exigências” (.p.17). Portanto, a estrutura da cartilha trabalha na perspectiva do tripé político-pedagógico para assegurar através da ação alfabetizadora um movimento que leve os educandos a desvendar a sua realidade, percebendo seus mecanismos de alienação e exploração. Uma conscientização que deve provocar mudanças, novas atitudes frente à realidade apreendida para sua transformação.

As lições da cartilha didática do MEB estavam organizadas da seguinte forma: uma imagem ao lado de um texto, e no final destacava-se uma frase de reforço em forma de questionamento ou afirmação sempre envolvendo uma valorização. E logo abaixo das lições, apresenta uma seqüência de exercícios sobre a escrita correta até a redação de pequenos textos, bilhetes, cartas, convite para uma reunião da comunidade e/ou sindicato.

Nas onze primeiras lições, abordam-se os elementos essenciais para a compreensão do que é o homem, do que é o homem no mundo, de quais são as relações entre os homens e entre os homens e o mundo.



6ª LIÇÃO

O povo tem fome e doença.
Por que tanta doença no povo?
O povo precisa de escola.
Precisa de casa e comida.
O povo precisa de trabalho.
É dura a vida do povo!
O povo quer mudar de vida?
O povo pode mudar de vida?

(FÁVERO, 2006, p. 183).

Estas lições representam o momento de conscientização do indivíduo em que são questionadas as condições materiais de existência das comunidades e as dificuldades ao acesso aos benefícios do Estado. Na sétima lição o trabalho humano é destacado por recriar o mundo natural, mas, também, como uma ação que transcende o mundo terreno somente encontrando sentido na ligação do homem com Deus com descrito na documentação produzida pelo MEB: “Assim, o sentido da ação humana não se esgota no próprio homem e, portanto, transcendência que o homem revela em sua obra criadora não se explica nem pelo mundo nem pelo homem”. (MEB, 40, p. 17, IN: Fávero, 2006, p. 184). As condições e as relações de trabalho são questionadas, assim como a condição dos camponeses de serem homens da terra, mas que não a possuem. Em seguida, apresenta o operário na mesma situação de injustiça vivenciada pelo camponês e dá ênfase na dignidade de ambos os sujeitos e como portadores de direitos e da sua realização como homens. Na décima primeira lição, a cartilha destaca a situação das mulheres e o valor do seu trabalho, comentando a situação de desigualdade nas relações de gênero.

A partir da 12ª lição até a 17ª segue o processo de motivação de atitudes. É o momento em que os sujeitos percebem a realidade na qual estão inseridos e percebem que precisam mudar.



13ª LIÇÃO

Pedro está preocupado e pensa:
Por que nossa vida é tão dura?
Por que morre tanto menino aqui?
Por que o povo não tem casa?
Por que a gente não aprendeu a ler?
Por que não tem escola para nossos meninos?
Por que a gente sofre tanta injustiça?
Isto não está certo. Está certo, não!

(FÁVERO, 2006, p. 187)

As lições apresentam a forma interrogativa como predominante e a necessidade de transformação da realidade vivenciada. O diálogo entre os indivíduos ganha importância para o processo de tomada de consciência e a participação em grupos de

“Viver é lutar”... - Edinaldo C. de Andrade e Fernando H. dos Santos

formação política em sindicatos é vista como uma possibilidade de ação para a mudança. A função importante dos espaços formativos (treinamentos) para colaborar na consolidação de uma nova postura consciente dos homens e mulheres frente à realidade no qual estão inseridos.

Na 18ª são apresentados os instrumentos de ação: uma escola radiofônica para esclarecer o povo, as eleições, como uma possibilidade de mudança através do voto, combatendo a compra dos mesmos e questionando o voto dos analfabetos; o sindicato, representando a união e força de classe; a cooperativa abordada numa ótica antiimperialista na tentativa de evitar o intermediário e fugir do controle das grandes empresas sobre os preços das safras.



21ª LIÇÃO

Os camponeses sentem necessidade de união.

Sentem que unidos podem agir.

Seu direito de união é lei.

Pedro e os companheiros querem fundar um sindicato.

Eles sentem os problemas de sua classe.

Sindicato é união.

Sindicato é força.

A união faz a força do sindicato.

(FÁVERO, 2006, p. 190).

Na 22ª lição há a valorização da cultura, do folclore e da arte popular, evidenciando que as manifestações do dia-a-dia, os costumes, e tudo aquilo que é criado, a partir da atividade humana é cultura. Seguindo para as lições finais da cartilha são valorizadas mensagens de ânimo na continuidade das atividades de sindicalização e adoção dos instrumentos de ação nas comunidades. Justiça social e mudança são termos que aparecem de maneira constante nos textos evidenciando o caráter denunciador das condições materiais da população.

CONCEPÇÃO DE EJA NO MST

Para o MST a EJA deve fazer parte de um processo de formação humana que promova, também, a formação política, ideológica,

cultural dos seus integrantes. Essa concepção parte de uma postura que considera o processo de ensino como requisito essencial para a elaboração de um projeto de sociedade, cujos valores de solidariedade, companheirismo, indignação contra as injustiças sociais, sejam construídos nas experiências de luta pela terra. Por isso, a EJA está atrelada a Pedagogia do Movimento que considera as experiências sociais dos indivíduos como produtoras de aprendizados e significados culturais que potencializam e justificam sua proposta de educação para a transformação da sociedade.

Na sua caminhada, o MST definiu algumas convicções que norteiam sua proposta de EJA, sendo consideradas imprescindíveis para a realização dos indivíduos como sujeitos. São elas:

1. Todas as pessoas têm direito de aprender, 2. Todas as pessoas têm direito a escolarização, 3. Sem-Terra tem o dever de se alfabetizar, 4. Sempre é tempo de aprender, 5. Todas as pessoas têm saberes e saberes diferentes, 6. A alfabetização faz parte da Educação Popular do Campo, 7. Educação está vinculada a formação, 8. EJA é maior que alfabetização e não precisa acontecer só na escola, 9. Cada sociedade tem suas linguagens de sociabilidade. Somos educadoras e educadores do povo. (MST/a, 2005, p. 55).

Estas convicções estabelecidas para o processo de ensino em EJA colocam os Sem Terra como um sujeito de direito e necessária para sua plena realização como cidadão. O centro do trabalho educativo em EJA direciona-se para a dimensão da formação para a humanização dos indivíduos. O Movimento defende a necessidade de políticas públicas para EJA que garantam o acesso de todos à escolarização. Neste sentido, também atribui ao sujeito Sem-Terra a responsabilidade de ler, escrever, fazer contas, assim como refletir sobre sua cultura. A cultura é entendida como matriz do processo de ensino e que deveria levar a compreensão do funcionamento da sociedade com objetivo de estabelecer formas de intervenção coletiva para mudá-la. O conhecimento em torno da sua cultura é uma forma de incentivar um tratamento diferenciado aos saberes do homem que vive e trabalha no campo. O processo de ensino deveria levar em consideração o trabalho com a terra e os conhecimentos construídos a partir desta atividade como: os materiais utilizados

no plantio e na colheita, a observação do clima, o tratamento do solo, bem como das relações entre a família e os vizinhos. Conhecer a cultura do campo torna-se importante para a vinculação entre os conhecimentos científicos e os saberes dos indivíduos. Desta forma, tenta-se garantir a intencionalidade do ato pedagógico com vistas à valorização da tradição socialista na formação dos Sem-Terra.

Percebemos a valorização do analfabeto como indivíduo portador de cultura, porém, que não domina o código da linguagem. Esta postura combate uma visão do analfabeto como aquele que é “ignorante ou burro”. Neste sentido, concebe que “a alfabetização faz parte da EJA e é um processo, é um movimento permanente de ir capacitando as pessoas a aprender a dominar os códigos presentes na sociedade em que vivem e para se comunicar com os outros povos”. (MST/b, 2005, p. 37).

Para a aquisição da linguagem, o MST compreende que o processo de ensino deveria se basear no diálogo, possibilitando o reconhecimento, por parte dos Sem-Terra, da sua condição histórica pela análise crítica da realidade. Esta percepção aparece em um dos objetivos traçados pelo MST para os alunos “Compreendam a realidade numa concepção histórica, e tendo como referência a realidade local e geral”. (Op. Cit., p.38).

Os educadores desempenhariam um papel importante nesta proposta, pois seria deles a responsabilidade de abrir espaço para o diálogo e trocas de experiências entre os alfabetizandos. É neste espaço que seriam diagnosticadas as necessidades de aprendizagem e se estabeleceriam os objetivos do processo. O comprometimento do educador é percebido pelo MST como uma possibilidade de realizar a formação humana voltada para o incentivo da organização, e das ações dos trabalhadores rurais contra a exclusão do campo. Percebemos que as experiências de exclusão da terra vivenciadas pelos indivíduos são elementos centrais para o processo de alfabetização, realizando a intenção do Movimento na formação política, ideológica e cultural dos Sem Terra.

Com o objetivo de dar um sentido às experiências de alfabetização que emergem do Movimento, tendo em vista sua concepção de educação, o MST elaborou o Caderno de Educação denominado *Alfabetização de Jovens e Adultos: como organizar*. Este foi produzido para os educadores, e traz sugestões de como conduzir o trabalho em sala de aula. Quanto à atuação do educador,

tratado como monitor, o documento recomenda que ele tenha um profundo respeito pela caminhada do povo e estar preparado para trocar conhecimento e ajudar no processo de alfabetização. Inclui-se na sua atividade o incentivo dos indivíduos em participarem das turmas de EJA. Ainda neste documento é realizada a sugestão aos monitores em envolver a escrita, leitura nas primeiras atividades da alfabetização. Essa prática teria o objetivo de estimular a presença dos alunos nas demais aulas. (MST, 2003).

Quanto aos conteúdos o Movimento sugere o trabalho com Temas Geradores como uma alternativa de tornar o ensino significativo e voltado para a realidade das populações do campo. Os temas geradores se constituiriam em assuntos levantados no diagnóstico dos principais problemas da realidade do grupo. Seu uso é incentivado desde que sejam utilizados para o estudo de outros conteúdos, leitura e produção de textos. São sugeridos como temas geradores as eleições, a história do MST, a cooperação agrícola como alternativa de produção, a saúde e higiene, a participação das crianças e das mulheres no trabalho coletivo, a reforma agrária. (MST, 2003).

É ressaltada a compreensão de que os temas geradores devem ser construídos juntamente com o grupo, a partir do diagnóstico das suas principais necessidades na vida nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária.

“SEMPRE É TEMPO DE APRENDER”: A ALFABETIZAÇÃO ATRAVÉS DO TEXTO

O Caderno de Educação nº 04, cujo título é *Alfabetização de Jovens e Adultos: Didática da Linguagem* realiza uma síntese da concepção de EJA do MST, e se constitui em um manual que objetiva orientar o trabalho dos monitores nas classes de alfabetizandos. Embora a proposta do Movimento com esta publicação não seja a produção de uma cartilha formatada nos moldes da cartilha do MEB, consideramos ser um material que apresenta procedimentos necessários para o início da alfabetização de jovens e Adultos, vinculando a formação política e a organização dos trabalhadores rurais.

Para melhor compreensão da estrutura do material o dividimos em duas partes: a primeira preocupa-se com a organização da aula e de planejamento do monitor. A segunda elabora e sugere atitudes

para o início da alfabetização a partir da escrita.

A primeira instrução do MST para a alfabetização é considerar que os educandos aprendem a partir das necessidades que surgem nas experiências de vida. Essas necessidades precisariam ser diagnosticadas pelos monitores, visando enquadrá-las como demandas coletivas. O caderno ressalta que o trabalho de diagnóstico deve ser entendido como “processo permanente de busca de conhecimento sobre a realidade social, o jeito de pensar, se organizar, comemorar”. (MST, 2003, p. 05). Percebemos a preocupação com o conhecimento dos aspectos culturais da comunidade para a promoção de um ensino significativo, ou seja, aquilo que aprende precisaria ajudar na solução das necessidades na sua vida diária.

Quanto ao ambiente alfabetizador, o MST sugere que todos os objetos devem conter se nome por escrito para que a escrita faça parte da vivência das pessoas, e com o processo de estruturação das palavras. A intenção demonstrar a importância da escrita no dia-a-dia das pessoas. O ambiente deve disponibilizar revistas, jornais, livros para que sejam utilizados em trabalhos em grupo, possibilitando o desenvolvimento da curiosidade para a aprendizagem. O estímulo à convivência com a escrita deve ser estimulado por outros materiais que atendam as diferentes necessidades dos educandos. Um exemplo é a construção de um mural que serviria para colocar avisos sobre reuniões, horários de ônibus, as principais notícias do Brasil, e do mundo. Juntamente com o estímulo da escrita o material incentiva a expressão oral como parte do processo da escrita. Os alunos, neste momento, expressariam suas demandas de aprendizagem e o monitor deveria registrar os momentos de fala, estimulando a escrita.

A programação de eventos, também é apresentada como uma atividade que deve integrar a alfabetização. O monitor programaria um concurso de cantorias, prepararia uma a celebração do aniversário do assentamento, por exemplo, desenvolvendo a escrita com a elaboração de convites, bilhetes, avisos, entre outras formas de comunicação. A valorização da cultura dos alfabetizandos é um estímulo para a continuidade destes no processo de ensino. Neste sentido, a mística é apresentada como um elemento de animação do grupo, pois é o momento de motivação do trabalho coletivo e do apoio entre as pessoas para se sentirem confiantes na sua aprendizagem.

O MST propõe que a alfabetização seja realizada a partir de textos, por considerar o processo, centrado nas letras, sílabas e palavras, fragmentado, pois não desperta o interesse dos alunos. A escolha de alfabetizar pela construção de textos é justificada pelo Movimento por ser uma atividade que requer argumentação, escolha de palavras, organização do pensamento e definição de objetivos. A escrita torna-se um espaço privilegiado para a produção de conhecimento, pois além das habilidades acima citadas, requer pesquisa. A produção da escrita deveria vir acompanhada de coleta de dados, informações presentes em livros e jornais, articulando o trabalho individual e coletivo.

A tarefa do monitor é destacada neste processo, criando "condições permanentes de aprendizagens que despertem a curiosidade científica e intelectual, como também o gosto pela investigação e reflexão, pela pesquisa nos materiais, pela elaboração e compreensão das palavras expressadas nos textos". (MST, 2003, p. 22).

O diálogo é apontado como essencial na relação pedagógica em que o educador vai demonstrar, além de domínio de conteúdo, segurança e esperança para que o indivíduo possa desenvolver o gosto pela escrita. A idéia de missão, tanto do monitor, como das lideranças, coordenadores, é evocada com a intenção de envolver todos na alfabetização.

Outra dimensão destacada no trabalho do monitor é levar em consideração: a de que, na elaboração da escrita, os alfabetizandos podem se orientar pela leitura na composição das sílabas e palavras. Isso significaria produzir uma compreensão sobre as diferenças entre fonemas e grafemas. A escrita é entendida, pelo Movimento, como "um sistema de representação da linguagem (...)". (MST, 2003, p. 25). A intenção é perceber que a linguagem adquire características do meio social em que se desenvolve, e por isso a sociedade atribui diferentes valores sobre a importância da linguagem em suas vidas. A linguagem pode conduzir a escrita e o papel do monitor seria transformar o erro em busca de respostas. O conflito cognitivo é incentivado na prática dos monitores para que incentivem, nos alunos, a elaboração de hipóteses de correção da sua escrita.

Algumas sugestões de problematização da escrita e da leitura são sugeridas para o avanço da alfabetização como, por exemplo, passar o

texto produzido pelo aluno no quadro e fazer a correção coletivamente das palavras, incentivando a pesquisa em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a cartilha do MEB tenha sido construída para a pós-alfabetização, e o material do MST direcionar sua atenção para o início do processo de alfabetização, verificamos que há uma continuidade de alguns pressupostos da experiência de Educação Popular realizada na década de 1960 no paradigma da Educação do Campo atual. O MEB ao receber influência das CPTs e do método de alfabetização de Paulo Freire, bem como sua aproximação de integrantes da Igreja Católica simpáticos à Teologia da Libertação, direcionou sua proposta pedagógica nas comunidades camponesas em que atuava com o objetivo de considerar no processo de alfabetização a valorização do universo cultural do homem do campo, incentivando sua organização em sindicatos rurais. O MST teve seu surgimento marcado pela atuação das CPTs e a religiosidade também se constituiu como forma de coesão dos trabalhadores rurais em torno da questão agrária no Brasil. Porém, a proposta educacional do Movimento apresenta a ideologia socialista como norteadora do processo de ensino objetivando, através da construção e resgate de valores como, a solidariedade, o companheirismo e do trabalho coletivo, a superação do modelo capitalista de produção.

A valorização da cultura se apresenta em ambas as propostas como uma matriz pedagógica, em que o modo de viver, de se relacionar com a terra, e com os outros indivíduos, ocupa papel central no ensino. O MST adota os temas geradores como forma de resgatar a cultura vivenciada nos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Neste sentido, as experiências de exclusão da terra são destacadas, permitindo que a alfabetização comporte a formação política e ideológica dos alunos.

No caso do MEB a cartilha didática “Viver é Lutar” possui a preocupação com a formação ideológica, a partir do trabalho com textos e imagens, abordando temas como as condições precárias de vida no campo e a necessidade de sindicalização como forma de superação da realidade. O MST propõe que a alfabetização seja articulada à formação política, a partir da construção de textos pelos alunos. Os textos, nas orientações do MST, deveriam ser construídos

"Viver é lutar" ... - Edinaldo C. de Andrade e Fernando H. dos Santos

por temas que expressassem as demandas de aprendizado dos alfabetizandos. Há, ainda, a preocupação com a linguagem oral como forma de orientação da escrita dos alunos.

Conjugada a proposta de alfabetização, através da produção de textos pelos alunos, o MST valoriza a pesquisa individual e coletiva, como forma de incentivar o levantamento de hipóteses sobre os erros gráficos, e a busca por respostas às necessidades de aprendizagem. A intenção é mobilizar toda a comunidade na alfabetização, contribuindo para a construção de relações identitárias e a gestão participativa.

Percebemos que a Educação do Campo carrega consigo as influências da proposta de Educação Popular da segunda metade do século XX, em que a cultura torna-se central para refletir sobre o processo de exclusão da terra, das condições de escolarização do homem do campo e de formas de organização dos trabalhadores. Ao tratarem o homem do campo, como sujeito de sua aprendizagem, pensamos que são propostas que incentivam a participação popular apontando que na Educação do Campo "sempre é tempo de aprender".

ABSTRACT

This work intends to realise a historic and comparative study about the spelling book of after literacy called "Live is to fight" by MEB and study the Caderno de Educação nº 04 by MST, whose title is "Alfabetização de Jovens e Adultos: didática da linguagem". It is taking as a point of view the historic context of studied materials's production we detach culture and politics education as a way to make the significative teaching to people who are learning to read and write, making possible, still, to educate militant. We consider that both proposal of literacy are characterized for popular participation, trough which Education Field has been developed itself.

Key words: literacy of young people and adults; MEB; MST; culture; education policy.

RESUMEN

El trabajo se propone realizar un estudio comparativo histórico de la libreta de post-alfabetización llamada "La vida es lucha" de la

“Viver é lutar”... - Edinaldo C. de Andrade e Fernando H. dos Santos

MEB y de la libreta n. 04 de la Educación del MST, que se titula “Alfabetización para Jóvenes y Adultos: enseñanza del idioma.” En vista del contexto histórico de la producción de los materiales que hemos estudiado las fontes comprenden la cultura y la política de formación como una manera de hacer que la educación sea significativa para los alumnos, lo que permite también la formación de los militantes. Creemos que tanto los proyectos de alfabetización se caracterizan por el fomento de la participación popular, en el que el ámbito de la educación del campo se ha desarrollado.

Palabras clave: la alfabetización de jóvenes y adultos; MEB; MST; cultura; formación política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEISIGIEL, Celso Rui. *Estado e Educação Popular*. Pioneira: São Paulo, 1974.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *A questão política da Educação Popular*. Brasiliense: São Paulo, 1977.

_____. *A educação Popular na escola cidadã*. Vozes: Petrópolis, 2002.

_____. *O que é método Paulo Freire*. Primeiros passos: São Paulo, 2006

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da Participação Popular- Análise da Prática Educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966)*. Autores Associados: Campinas, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.

WANDERLEY, Luis Eduardo. *Educar para transformar: Educação Popular, Igreja Católica e político no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis. Vozes, Rio de Janeiro, 1984.

VAZ, Pe. Henrique C. de Lima. O Absoluto e a História. In: *Cadernos Paz e Terra*: Paz e Terra, 1964.

Recebido em 30/3/2009

Aprovado em 24/4/2009